

DA NARRATIVA PATERNALISTA À NEGOCIAÇÃO E CONFLITO: O REASSENTAMENTO ITAPARICA NAS VOZES DOS TRABALHADORES RURAIS RIBEIRINHOS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO (1986 - 1988)¹

341

FROM PATERNALISTIC NARRATIVE TO NEGOTIATION AND
CONFLICT: THE ITAPARICA RESETTLEMENT IN THE VOICES OF
RIVERSIDE RURAL WORKERS OF THE LOWER MIDDLE SÃO
FRANCISCO (1986 - 1988)

<https://doi.org/10.51359/2525-6092.2024.262048>

Marcos Manoel do Nascimento Silva
marcosmanoel.prophistoria@gmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Recife – Pernambuco - Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8120-4491>

Submetido 12.03.2024

Aceito em 28.05.2024

¹ Procedidas revisões e algumas atualizações bibliográficas, o presente artigo é resultado das principais ideias e discussões realizadas nos capítulos 1 e 2 na dissertação de mestrado: O sertão que virou "mar": memória, cultura e identidade no projeto de irrigação Jusante, Glória – BA (1988-2021), defendida em 2022, no Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Resumo:

A Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG), localizada no município de Petrolândia/PE, foi construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), entre as décadas de 1970 e 1980, sob o ideal da modernização conservadora para produzir e distribuir energia elétrica, e expandir o polo agroindustrial na região do Submédio São Francisco. Dando origem ao reassentamento compulsório Itaparica, entre os estados de Pernambuco e Bahia, com implicações que perduram até a atualidade, muitas foram as narrativas construídas a respeito desse empreendimento político-econômico. Dessa forma, por meio de uma análise comparativa entre a narrativa presente no livreto *Mudar para Melhor*, de autoria da CHESF, e as vozes dos próprios trabalhadores rurais nas reportagens *Barragem: a ocupação – 1986*, e *Barragem II – 1986*, produzidas pela TV Viva de Pernambuco, objetivou-se demonstrar a existência de um processo de negociação e conflito, omitido na narrativa paternalista oficializada pelo Estado.

Palavras-chave: Submédio São Francisco; Modernização Conservadora; Reassentamento Compulsório Itaparica; Narrativa Paternalista; Negociação e Conflito.

Abstract:

The Luiz Gonzaga Hydroelectric Plant (UHLG), located in the municipality of Petrolândia, Pernambuco, was built by the São Francisco Hydroelectric Company (CHESF) between the 1970s and 1980s under the ideal of conservative modernization to produce and distribute electricity and expand the agro-industrial hub in the Lower Middle São Francisco region. With lasting implications, this led to the compulsory Itaparica resettlement, spanning the states of Pernambuco and Bahia. Many narratives regarding such a political-economic enterprise have been constructed since then. Thus, through a comparative analysis between the narrative present in the booklet "Mudar para Melhor" authored by CHESF, and the voices of rural workers in the reports "Barragem: a ocupação – 1986" and "Barragem II – 1986" produced by TV Viva of Pernambuco, the aim was to demonstrate the existence of a process of negotiation and conflict, that was omitted in the paternalistic narrative officialized by the State.

Keywords: Lower Middle São Francisco; Conservative Modernization; Compulsory Itaparica Resettlement; Paternalistic Narrative; Negotiation and Conflict.

Introdução

Arelada diretamente as políticas econômicas para desenvolvimento e modernização no Nordeste, a Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (UHLG), – inicialmente Itaparica –, foi construída entre as décadas de 1970 e 1980, em Petrolândia/PE, divisa com o estado da Bahia, pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), com a dupla finalidade de produzir e distribuir energia elétrica, e expandir o polo agroindustrial no Submédio São Francisco.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Gerando a necessidade de dois tipos de reassentamento para as populações atingidas, o urbano e o rural, sendo esse último tema da presente pesquisa.

Causando impactos significativos nas relações socioeconômicas, culturais e socioambientais, o Reassentamento Itaparica, foi gênese de inúmeros conflitos que perduram até os dias atuais. Tornando-se o objeto de estudo entre os mais variados campos do conhecimento, dentre outros, Geografia, História, Botânica, Engenharia, Ciências Sociais, Economia, Psicologia, Antropologia e Ecologia Humana.

No que diz respeito às produções historiográficas, ainda são poucos os historiadores e as historiadoras que se debruçaram sobre a temática. As produções existentes giram em torno do protagonismo do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio Francisco PE/BA² (Silva, 2018); das relações socioambientais dos indígenas Pankará³ da Serra do Arapuá no sertão de Pernambuco (Oliveira, 2021), dos movimentos identitários em torno dessas relações (Oliveira, 2022), das lutas dos indígenas Tuxá⁴ de Rodelas/BA, por terra compensatória no reassentamento, e as implicações sobre o bem-estar material e a identidade cultural Tuxá (Johnson, 2021); e dos impactos socioculturais e sobre as identidades, de trabalhadores e trabalhadoras rurais do povoado Malhada do Sal, Glória/Bahia, atualmente submerso, para o Projeto de Irrigação Jusante, em mesmo município (Silva, 2022).

² Importante agente e atuante no Submédio São Francisco, com apoio de instituições como: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG – BA), foi primordial para organização e planejamento dos atingidos, demonstrando o protagonismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais frente as imposições do Estado (Silva, 2018).

³ Os indígenas Pankará habitam nas Serras do Arapuá e Cacaria, em Carnaubeira da Penha/PE, e no Serrote dos Campos, na Nova Itacuruba/PE. Em virtude de não terem suas habitações inundadas pela UHLG, a CHESF não os considera como atingidos. Contrariando essa versão oficial, Oliveira (2022), demonstrou em sua tese que os desdobramentos em torno da construção da usina em questão implicou diretamente nos processos de mobilização e afirmação da presença indígena no ambiente habitado, nas relações socioambientais em torno das sociabilidades, das expressões religiosas, dos conhecimentos e formas simbólicas, na interrupção das migrações sazonais pelas ilhas do rio São Francisco, espaços de relações socioculturais/ambientais e interétnicas, e na degradação ambiental de seus territórios.

⁴ A presença dos indígenas Tuxá na região do Submédio São Francisco, conhecidos também como “índios de canoa”, fazendo referência a base econômica pesqueira, e posteriormente também agrícola, remonta a períodos anteriores a colonização do Brasil (Melo, 1988, p. 235). Além do processo de aldeamento ao qual foram submetidos pelos colonizadores no século XVII, vivem desde a década de 1980, um processo de urbanização compulsória na (nova) cidade de Rodelas, sem o cumprimento da garantia da terra compensatória pelo território indígena submerso pela UHLG, comprometendo diretamente o “bem-estar material e cultural”, dessa comunidade, uma vez que o que é ser Tuxá se encontra “enraizado na terra” (Johnson, 2021, p. 216 – 217).

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Transcorridos 36 anos desde a inauguração da UHLG em 1988, e consequentemente do reassentamento compulsório, várias são as narrativas criadas acerca desse evento e das motivações postas como justificativa, que por sua vez, silenciam, e, ou evidenciam as vozes das populações atingidas.

Dessa forma, por meio de uma análise comparativa entre a narrativa presente no livreto intitulado *Mudar para Melhor ([1987/8])*⁵, de autoria da CHESF, e as vozes dos próprios trabalhadores rurais, nas reportagens *Barragem: a ocupação – 1986*, e *Barragem II – 1986*, pela TV Viva, à época TV local de Pernambuco, as vésperas e durante tomada e parada das obras da UHLG, objetiva-se demonstrar a existência de um processo de negociação e conflito, omitido na narrativa paternalista oficializada pelo Estado.

Quanto ao recorte temporal, compreende-se entre os anos de 1986 e 1988, obedecendo as fontes citadas acima e aos eventos que norteiam as análises, como: a parada de obras da usina pelos trabalhadores, resultando no chamado *Acordo de 1986*, outra fonte documental que será utilizada, as manifestações e reivindicações por terra irrigada e (novas) moradias, e o início do processo de reassentamento com o enchimento e ativação da UHLG.

Apesar de não ser feito o uso metodológico da História Oral em si, que compreende, em síntese a elaboração de roteiro semiestruturado e, ou estruturado, contato com os sujeitos, gravação e transcrição de entrevistas, carta de cessão de direitos, dentre outros procedimentos, com a finalidade de tornar o ofício historiográfico mais tátil, além de tentar captar as emoções em torno de como os acontecimentos foram percebidos pelos atingidos, optou-se por transcrever as falas contidas nas reportagens através dos critérios técnicos desse metodologia. Optou-se ainda por manter as expressões sociolinguísticas dos sujeitos (Albert, 2013; Meihy e Holanda, 2019).

O conceito de modernização conservadora (Pires e Ramos, 2009; Souza, 2011; Reis, 2014), foi operacionalizado para compreender o contexto histórico político-econômico em

⁵ O exemplar analisado foi cedido para digitalização pelo reassentado na Agrovila 06, Projeto Jusante, Glória/Bahia, e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Glória, Jorge de Melo Silva, durante o levantamento de fontes realizado para elaboração e escrita da dissertação de mestrado em 2020. Não contém data exata de sua publicação e nem paginação. O conteúdo do livreto, no entanto, indica que foi produzido e publicizado entre os anos de 1987 e 1988.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

torno da construção da UHLG e do pano de fundo por trás da almejada expansão do polo agrícola no Submédio São Francisco. As narrativas da CHESF foram interpretadas sobre o crivo do paternalismo (Thompson, 1998), assim como as atuações dos atingidos frente às imposições do Estado, e por sua vez, as concessões feitas, foram analisadas através do acorde conceitual de negociação e conflito (Thompson, 1998).

Por fim, estruturado em três sessões, com a intenção de contextualizar o pano de fundo em torno da usina, a primeira trata do processo de industrialização no Brasil aos moldes do capital internacional, passando pelo desenvolvimentismo até chegar na modernização conservadora; a segunda é constituída de uma análise das narrativas da CHESF sobre o reassentamento; e por último, na terceira sessão, ocupa-se dos processos de negociações e conflitos no canteiro de obras, discutidos a partir das próprias vozes dos trabalhadores.

A Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga e a modernização conservadora no Submédio São Francisco: contexto histórico, político-econômico

A construção da UHLG, na região do Submédio São Francisco, se iniciou ainda durante a vigência do regime ditatorial civil-militar (1964 – 1985), sob o ideal da modernização conservadora. Todavia, não é fruto de um projeto de governo isolado, e sim, resultado de uma série de fatores envolvendo diferentes políticas econômicas em torno das concepções de industrialização, desenvolvimento e modernização, remetendo-se ao pós-Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

No Brasil, a industrialização aos moldes do capital internacional tem início durante o Estado Novo (1937 – 1945). Nesse período, pairava sob o mundo capitalista a ideia de superação do chamado subdesenvolvimento dos países pobres. E numa dinâmica geopolítica e tecnológica, dentre as estratégias para esse fim, se encontra a construção de usinas hidrelétricas para produção e distribuição de energia no país. Ocasionalmente na exploração predatória dos elementos naturais na condição de matéria-prima (Oliveira, 2018).

Dando continuidade a questões regionalistas iniciadas ainda no Brasil Império, e ancorado numa nova política nacionalista de valorização das diferenças geoeconômicas e socioculturais na construção de identidade nacional brasileira, criou-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pela primeira divisão regional do país em cinco

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

regiões: Norte, Nordeste, Leste, Sul e Centro-Oeste (Vieira, 2004).

Essa divisão é primordial para entendermos os estigmas em torno da região Nordeste, e, por conseguinte, as políticas para desenvolvimento e modernização na região. Tendo como parâmetro as características biofísicas, geográficas e socioculturais, e envolvimento nas relações de poder que envolvem a administração de territórios, o Nordeste foi socialmente construído pela mídia e pelas produções artísticas e culturais como inferior às regiões Sul e Sudeste (Albuquerque Júnior, 2011; Bernardes, 2007).

As características que compõem a região Nordeste foram estereotipadas e aproveitadas de modo a justificar uma dita inferioridade em relação ao Centro-Sul. E com um discurso de necessidade de intervenção assistencialista, serviu de pano de fundo para aplicação de políticas socioeconômicas para o “desenvolvimento” regional através da industrialização, que mais fortaleceu o Centro-Sul do que propriamente o Nordeste (Furtado, 1981, p. 14).

Ainda durante o governo Vargas, foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), com a finalidade discursiva e econômica de desenvolver a região do Vale do São Francisco. Com área de atuação de 450 quilômetros em torno das cachoeiras de Paulo Afonso, aproveitando-se o potencial hídrico para produção de energia elétrica, a atuação da estatal teve início em 1948, com a construção das Usinas Paulo Afonso I, II, III, IV e Apolônio Sales, – anteriormente Moxotó (Camelo Filho, 2005; Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2018).

Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), o parque industrial brasileiro foi expandido, gerando mais empregos para as populações urbanas, aumentando o consumo da classe média e causando redução de importações. Todavia, garantindo o poderio econômico industrial no Centro-Sul, inicialmente a região Nordeste ficou de fora do Plano de Metas do Governo JK, sendo inserido posteriormente sob influência da necessidade de combater o “fantasma do comunismo”⁶ (Santos ([2014])).

Por sua vez, o Plano de Metas do Governo JK, foi influenciado pelos estudos do

⁶ Esse ideário foi incorporado às políticas econômicas e aproveitado para justificar e fomentar, a necessidade de empreendimentos que demonstrassem a força do capitalismo, como foi o caso dos empreendimentos faraônicos em construção de usinas hidrelétricas para aumentar drasticamente a capacidade energética no Brasil através do domínio da humanidade sobre os rios, realidade bem presente na dinâmica do rio São Francisco (Pandolfi, 2023).

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

economista brasileiro Celso Furtado, que bebia das ideias da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Idealizador e criador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, culpava a política de desenvolvimento dos anos 1930 de comprometer a unidade do país, e inaugura uma nova forma de pensar o desenvolvimento no e para o Brasil.

Na percepção do economista, não seria possível um desenvolvimento econômico a nível nacional sem a incorporação das especificidades regionais no bojo das medidas e estratégias políticas-econômicas. Teoriza a partir das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, argumentando que esse estágio é originário das relações Centro-Periferia, relação nutrida entre Sudeste e Nordeste (Pellegrino, 2003; Vieira, 2004; Santos, 2014).

Nessa relação, o centro é ocupado por quem possui o capital industrial, enquanto a periferia é ocupada por quem serve de mão de obra, e ao mesmo tempo consome o que é produzido e comercializado no, e a partir do centro. Assim, com a concentração industrial do país no Eixo Rio-São Paulo de um lado, e a construção sociocultural de um Nordeste pobre, seco, miserável a ser “salvo” do outro, resultou no estabelecimento de uma relação de dependência socioeconômica e cultural entre as regiões (Vieira, 2004; Laner e Faria, 2019).

Nesse contexto, a Sudene foi criada com a justificativa de ao mesmo tempo controlar os órgãos públicos federais já existentes e atuantes no Nordeste, e tornar a região atrativa para investidores. Dentre outros fatores, sua criação envolveu a liderança de Celso Furtado, tentativa de autonomia administrativa por políticos do Nordeste, união das elites locais por medo do “comunismo”, denúncias feitas pela imprensa da época a respeito da chamada “indústria da seca”, alimentada por uma política assistencialista, principalmente através do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS), envolvendo desvio de verbas na construção de açudes entre as oligarquias rurais, manchando a imagem do país no exterior (Laner e Faria, 2019, p. 202).

Não obstante, mesmo promovendo a construção e melhoria da rede nacional rodoviária, criando infraestrutura para geração e transmissão de energia elétrica, e implantando projetos de irrigações para um desenvolvimento agroindustrial, a Sudene mais contribuiu para fortalecimento da dependência comércio-industrial, do que para rompê-la. Porquanto, a

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

escassez de capital próprio, atrelado aos incentivos fiscais para capitalistas sudestinos, resultou na expansão do domínio e monopólio comércio-industrial do Centro-Sul sob o Nordeste (Laner e Faria, 2019).

No setor agrícola, como previsto no I Plano Diretor da Sudene, o Estado investiu em novas tecnologias para plantio, cultivo, irrigação e conhecimento de solo, contratando engenheiros e técnicos agrônomos para atuar junto aos trabalhadores rurais no processo de implantação de perímetros irrigados, como os de Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco. Dentro outros, através do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e Instituto Nacional do Semiárido (INSA), acarretando numa mudança significativa na prática agrícola na região do Vale do São Francisco. Se até a década de 1950 o cultivo da se dava pela cultura de vazante, com a atuação da Sudene, a agricultura passou a ser de irrigação, planejada de cima para baixo pelo Estado, almejando melhorar a qualidade e diversidade da produção para comercialização (Cavalcanti Filho, [2016]; Silva, 2012).

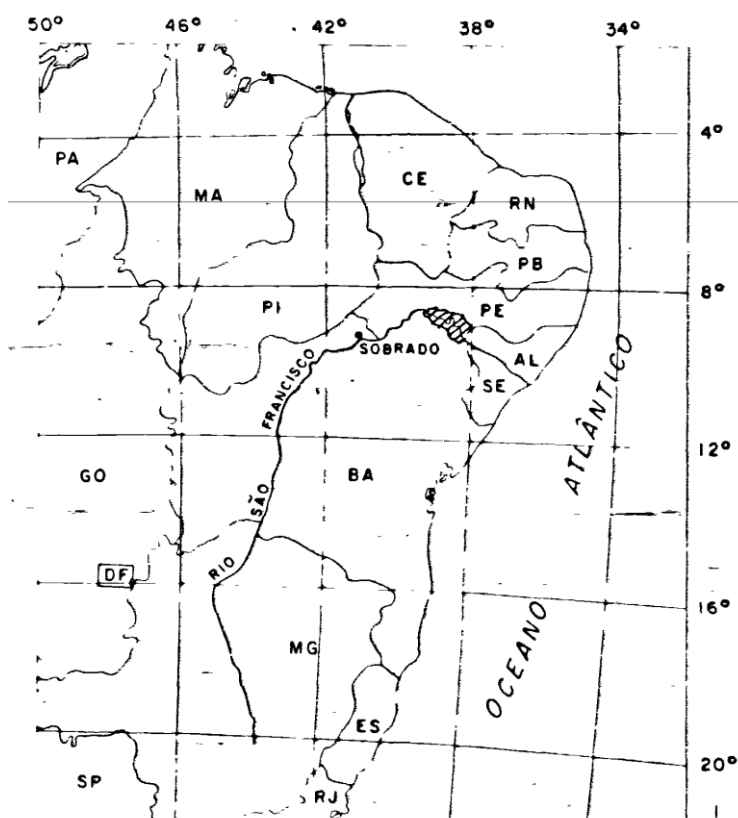
Já durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964 – 1985), o setor econômico passou a ser guiado pelo ideal da modernização conservadora. Um modelo de política econômica pensada, organizada, e implementada de cima para baixo. Pela construção da imagem do Estado como responsável pela articulação do capital estatal, nacional e estrangeiro, agente “promotor e regulador da economia, da política e da cultura”. Gerando, ao mesmo tempo, a aceleração do desenvolvimento, e de igual modo, aprofundamento das desigualdades sociais e regionais (Reis, 2014, p. 86).

É nesse contexto que se insere a construção da UHLG, como continuidade do complexo hidrelétrico Paulo Afonso. Sua obra teve início em 1979, na região do Submédio São Francisco, divisão fisiográfica que abrange os estados de Pernambuco e Bahia, e pequenas áreas dos estados de Alagoas e Sergipe. Possui 58% de sua área dentro do chamado polígono das secas, cenário para as políticas econômicas para desenvolvimento e modernização na região. Caracteriza-se pela predominância da vegetação caatinga, relevo plano e ondulado, clima semiárido, intertropical com períodos longos de seca, com variação entre 6 e 8 meses, condicionando tipos e qualidade dos solos (CODEVASF, 1996).

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Localizada no município de Petrolândia/PE, divisa com o estado da Bahia, para aumento na produção e distribuição de energia elétrica, e potencialização do “Núcleo Colonial Agro-Industrial do São Francisco”, por meio da implementação da técnica agrícola de irrigação por microaspersão (CHESF, [1987/8]); Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 2018). Foi inaugurada em 1988, num período de redemocratização, causando um processo de reassentamento compulsório, e consequentemente de desterritorialização e reterritorialização, de “4,6 mil famílias da área urbana e 5,9 mil da área rural”, entre os municípios de “Glória, Rodelas e Chorrochó, no estado da Bahia, e Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco no estado de Pernambuco”, e de “duzentas e onze famílias indígenas da etnia Tuxá no município de Rodelas (CHESF, [1987/8]).

Figura 1. Área do reservatório da UHLG



Fonte. Chesf, 1976.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Figura 2. Imagem de satélite: Lago Itaparica formado pela UHLG



Fonte. Santos, 2019, *apud.*, Silva, 2022

Gerando a necessidade de dois tipos de reassentamento, os moradores de área urbana foram realocados para cidades “reconstruídas”, como é o caso da (nova) Petrolândia, e da (nova) Rodelas, por exemplo. No tocante a população rural, seguindo a lógica da modernização conservadora, foram reassentados em agrovilas em diferentes projetos de irrigação. Em Pernambuco foram os projetos “Apolônio Sales, em Petrolândia”, “Brígida, em Orocó”, e “Caraíbas, em Santa Maria da Boa Vista”, já na Bahia, os projetos “Jusante, em Glória”, e “Pedra Branca, em Curaçá” (CHESF, [1987/8]).

Essa lógica se faz presente na junção entre o novo de um lado, com um “modelo técnico agrícola” moderno patrocinado e controlado pelo Estado, e do outro, na manutenção do tradicional, dos moldes da agricultura familiar de subsistências. Essa modernização agrícola, apresentada a população por meio de discursos modernizantes, ocultando sua verdadeira face, serviu, senão, ao “capital industrial”, tendo como verdadeiro objetivo, a “expropriação do valor produzido pelos agricultores familiares”, e “a degradação socioeconômica e ambiental do campo brasileiro sob a forma de compras compulsórias extra e intra-setorial, uso de insumos e de que maquinários agrícolas” (Souza, 2011, p. 235 - 239).

Logo, esse período governado por militares, significou por um lado, sobretudo para trabalhadores e trabalhadoras rurais ribeirinhos e ribeirinhas, e para os povos indígenas Tuxá,

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Pankará e Pankararé, habitantes no Submédio São Francisco, a presença de um Estado autoritário e repressivo. A negação do direito aos seus *modus vivendi* em favor de um dito “desenvolvimento” para o bem maior. Resultando em impactos socioeconômicos, culturais e ambientais, permanecendo até os dias atuais (Oliveira, 2021; Oliveira, 2022; Silva, 2022; Pandolfi, 2023). Por outro lado, no que concerne ao âmbito político, também significou a força da organização dos atingidos em sindicatos, demonstrando autonomia e protagonismo através das negociações e conflitos frente as imposições do Estado e as tentativas repressão ao movimento em defesa de terra e moradia (Araújo, 1990; Silva, 2018).

“Mudar para Melhor”: O reassentamento Itaparica e a narrativa paternalista da CHESF

Em aniversário de 40 anos da CHESF, coincidindo com o período em que aconteciam as agitações e incertezas no canteiro de obras da UHLG, a Companhia produziu um livreto que mais do que esclarecer dúvidas sobre o reassentamento, objetivava persuadir os trabalhadores e trabalhadoras rurais, e os povos indígenas atingidos, através de uma escrita didática e de recursos de imagéticos, a cooperarem com uma mudança que seria senão para “melhor”, e fundamental para o crescimento e desenvolvimento no Nordeste.

Fazendo jus ao título, a ideia central se faz estampada na capa. Em duas cores, cinza e amarelo, e com um círculo centralizado, ao que parece representando o sol, e pássaros voando do assentamento para o reassentamento, demonstrando a necessidade de deixar as suas respectivas comunidades para viver o “melhor”, preparado pela CHESF, e dado de bom grado aos ribeirinhos e ribeirinhas, indígenas e não indígenas.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Figura 3. Capa do livreto



Fonte. Chesf, (1987/8).

Figura 4. Fotografia junto ao texto de apresentação



Fonte. Chesf, (1987/8).

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Inicialmente, apresenta-se um panorama do que estava acontecendo e do porquê, antecedida por uma fotografia de uma criança negra sorridente, enfatizando felicidade em fazer parte de um projeto político-econômico de primordial importância, e que será para o bem de todos. Assim, “vai ser criado o reservatório de Itaparica, para o Nordeste ter mais energia”, sem a qual, “o Nordeste não pode crescer, se desenvolver. Mas, para isso, muitas cidades e povoados vão sofrer, porque vão ser cobertas pelas águas. As cidades são formadas por pessoas, por famílias, que vão ter que se mudar (CHESF, [1987/8]).

Para justificar a construção da UHLG e suavizar as mazelas em torno do reassentamento compulsório, tido como um “mal necessário”, o crescimento, e por consequência, o desenvolvimento no Nordeste, foram postos no centro da narrativa. Nessa direção, os preparativos para uma vida melhor, seja nas cidades ou no campo, foram descritos como de responsabilidade da CHESF por meio do Plano de Reassentamento Itaparica. Que por sua vez, para fazer parte dele, conforme a estatal, bastava “Apenas já ser do lugar e ter sido cadastrado, isto é, ter dado seu nome e o de sua família ao pessoal da CHESF” (CHESF, [1987/8]).

A suavidade do processo de reassentamento posta no livreto, a justificativa e a facilidade em fazer parte dos planos que envolve uma “vida melhor”, coloca o Estado como uma instituição paternalista. Uma estratégia historicamente presente no meio rural, cujo objetivo final diz respeito a conter e, ou limitar os confrontos sociais. Em outras palavras, uma tentativa de impedir os movimentos de resistência por parte dos sujeitos diretamente afetados (Thompson, 1998).

Seguindo essa lógica, a CHESF se posiciona como promotora da união, cuidando para que “[...] as famílias fiquem com os mesmos vizinhos, compadres, amigos e conhecidos” (CHESF, [1987/8]). Apresenta-se não como causadora de qualquer impacto, danos ou prejuízos, e muito menos assume que as medidas presentes no plano de reassentamento fazem parte de uma política compensatória, mas se coloca como aquela que diante do cenário que se impõe, está disposta a oferecer o melhor para quem aceitar.

A Companhia esclarece ser “muito importante que ninguém tenha dúvidas e que todos trabalhem para que, de fato, exista um Mudar para Melhor” (CHESF, [1987/8]). E assim, se

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

colocando na posição de organizadora de um cenário perfeito para reassentamento, infere o resultado final como de responsabilidade unicamente dos próprios sujeitos a serem reassentados, de modo a condicionar a dita melhoria de vida a aceitação e obediência das instruções impostas:

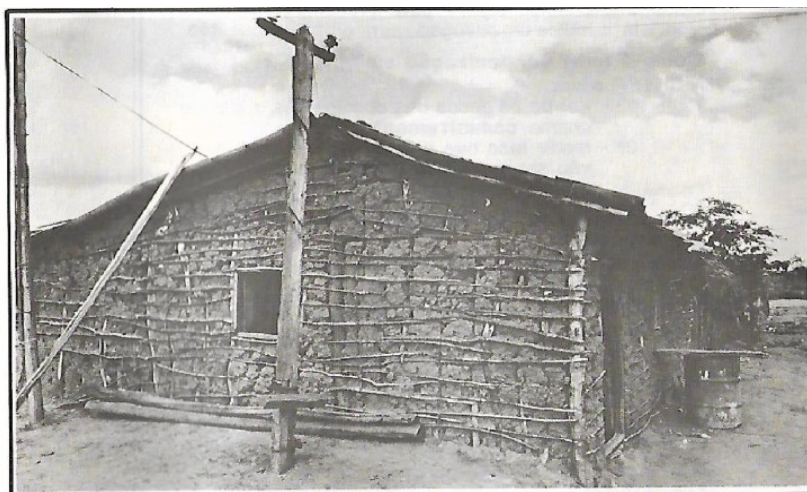
a) [...] seguir as recomendações dos técnicos, tanto para o uso da água (irrigação) como para a conservação do solo, da terra; b) aceitar as decisões e o regulamento da Associação dos Irrigantes; c) plantar e produzir com sua família toda a terra irrigada que estiver sob sua responsabilidade; d) ajudar nos trabalhos de conservação, ampliação ou modificação das obras de irrigação; e) respeitar e cumprir as obrigações assumidas no contrato de posse e exploração do lote e do sistema de irrigação; f) pagar as taxas de água e energia elétrica; g) participar da Associação dos Irrigantes, discutindo os problemas, elegendo a Diretoria ou sendo da Diretoria, se for escolhido (CHESF, [1987/8]).

Sujeitos a perderem o chamado “direito” à terra e a irrigação no perímetro irrigado, essa imposição de cima para baixo, se configura como uma ação alheia aos costumes em comum entre os trabalhadores e as trabalhadoras rurais ribeirinhos e ribeirinhas do Submédio São Francisco. Sujeitos que tinham no rio, na terra, e em seu cultivo, a manutenção de relações socioeconômicas, culturais e socioambientais (Silva, 2022; Pandolfi, 2023). Consequentemente, sendo origem de negociações e conflitos “na interface da prática agrária com o poder político” (Thompson, 1998, p. 95).

O uso de recursos imagéticos continua cumprindo a função de apresentar visualmente o “melhor” oferecido pelo CHESF, com destaque para a infraestrutura das agrovilas, com casa de alvenaria, energia elétrica, loteamento com terra irrigada por microaspersão pertinho de casa, não sendo mais necessário esperar o rio encher para praticar a cultura de vazante, ou as chuvas para plantar nas roças de sequeiros. E nem mesmo o uso de candeeiro para iluminar as noites, reforçando a ideia de desenvolvimento e modernização por meio da produção e distribuição de energia elétrica.

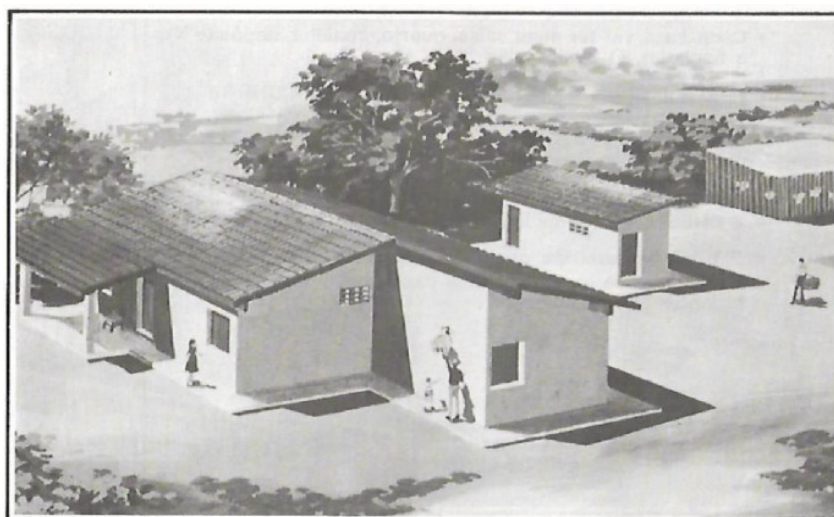
SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Figura 5. Casa de taipa



Fonte. Chesf, ([1987/8]).

Figura 6. Casa tipo 2 em Agrovila



Fonte. Chesf, ([1987/8]).

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Figura 7. Agricultor em perímetro irrigado



Fonte. Chesf, (1987/8).

Figura 8. Ilustração de Agrovila em projeto de irrigação



Fonte. Chesf, (1987/8).

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Texto da licença: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Sublinhando medidas características de uma política econômica de modernização conservadora, e silenciando as vozes dos atingidos, que organizados em sindicatos realizarem diversas concentrações entre as décadas de 1970 e 1980, para reivindicar o direito de participação ativa na confecção do Plano de Reassentamento, culminando na paralisação das obras em 1986, e na elaboração conjunta de um acordo entre as partes, a CHESF usou de uma narrativa didática, evidenciando apenas pontos convenientes ao Estado. De forma a construir uma imagem paternalista por meio de atos de “generosidade” e “caridade” que na verdade tinha por finalidade exercer controle social (Thompson, 1998).

Portanto, narrativa presente na construção de uma história oficializada pelo Estado, através da CHESF como precursora do desenvolvimento e da modernização no Nordeste, por meio da produção e distribuição de energia hidrelétrica, e da agroindustrialização ao expandir os perímetros irrigados no Submédio.

“Nós temos o direito”: negociação e conflito no canteiro de obras

Ao contrário das narrativas discutidas até o momento, as vozes dos atingidos pela construção da UHLG, enfatizam a existência de negociação e conflito em torno do processo de reassentamento compulsório, que envolveu organização sindical, concentrações, paralisação de obra e formalização de um acordo entre ambas as partes. Posto isso, tendo em vista seu valor jurídico e simbólico, esta sessão se destinará a visibilizar e discutir as vozes ecoadas durante a paralisação das obras da usina em 1986.

São vozes registradas pela TV Viva de Pernambuco, à época, em reportagens audiovisuais, e transcritas conforme os critérios técnicos da História Oral, como já mencionado anteriormente. Relatos orais valiosos não apenas por possibilitarem uma outra versão dos acontecimentos, mas também, e principalmente, pela potencialidade, enquanto fonte histórica, de demonstrar o protagonismo de trabalhadores e trabalhadoras rurais, sujeitos históricos e atuantes frente ao advento do reassentamento compulsório e as narrativas oficializadas pelo Estado.

Ainda em 1979, quando do início das obras de UHLG, ribeirinhos e ribeirinhas do Submédio São Francisco se organizaram em sindicatos por localidade, tendo como organização

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

central o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco PE/BA, para representá-los diante do Estado, objetivando garantir o direito a uma política compensatória efetiva. Dentre as medidas tomadas pela organização sindical, estão a realização de concentrações para reivindicar participação na confecção do Plano de Reassentamento, a exigência do mapa do Lago Itaparica, reuniões com o ministro das Minas e Energia da época, construção de livreto e boletins informativos para instrução e socialização das atividades realizadas, e parada das obras.

Esse momento é conhecido e enaltecido como “A grande batalha”, contra “uma fera que há muitos tempos vinha nos massacrando⁷”. Uma das muitas vozes contrárias a posição paternalista que a CHESF se colocou, é resultado de um histórico de atuação sindical atrelada ao apreço pelo local de origem, pela vida rural ribeirinha e pelo cultivo da terra, constituindo-se em relações socioeconômicas e culturais. Por conseguinte, gerando a visão das grandes cidades como locais de desemprego e de submissão à patrões. Aspectos responsáveis pela organização em sindicato frente às imposições do Estado, pois “a proposta da CHESF era pagar dois tonho pra cada um trabalhador se mandar e vivesse da maneira [...] que pudesse e desse certo. [...]”.⁸

Às vésperas desse ato histórico, demonstrando desconhecimento a respeito de como se daria o reassentamento, e até mesmo de para onde seriam realocados, ao ser questionado sobre o que achava da construção da barragem, um trabalhador rural e vaqueiro, em Floresta/PE, responde: “Tô achando que vai sofrer muito. Porque cobre os terreno de [...] plantação, num temo pra onde ir, como é que faz?”⁹ O mesmo sentimento é compartilhado por um outro trabalhador, nascido e criado às margens do São Francisco, afirmando que apesar das limitações, antes da presença da CHESF, passava-se “faroráve, né. E agora tamo nessa situação sem saber pra onde vamo. É... agora a gente sente muito só essa... [emoção] essa dor do caba num saber pra onde ir. Porque eles, [...], nunca dissero... o locale que a gente vai, né!”¹⁰

⁷ Trabalhador não identificado. TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

⁸ Trabalhador Miguel. TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s>>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

⁹ Trabalhador e vaqueiro Manoel Andrino de Souza, Floresta/PE. Idem.

¹⁰ Trabalhador não identificado. Idem.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

Nesse sentido, na condição de afetados diretamente por um projeto imposto de cima para baixo, chamando atenção para uma percepção de progresso que levasse em consideração todos os lados envolvidos, o movimento sindical não se posicionou “contra a construção da barragem, mas [...] contra a maneira com que eles querem fazer com o trabalhador. [...], só tá progredindo a barragem, mas os trabalhador não. [...], até agora a gente num viu nada feito”.¹¹

Diante desse cenário, apoiados na noção de direito à fala, a participação e a um reassentamento que atendesse às necessidades e demandas dos ribeirinhos e ribeirinhas, porquanto “Nós somos trabalhadores há mais de cinquenta anos. E somos produtores de todo o Nordeste, de todo o Brasil”.¹² Sob as alegações de não mais aguentarem os silêncios e indecisões por parte da CHESF quanto ao reassentamento, e de “que a única forma de pressão pacífica que eles tinham era tentar paralisar as obras pra haver um diálogo, pra abrir um canal de negociação”.¹³ O canteiro de obras da UHLG foi ocupado por homens, mulheres e crianças por seis dias entre 01 e 06 dezembro do referido ano, exigindo-se que “a CHESF entre em campo pra resolver o problema dos trabalhadores”.¹⁴

A garantia de “terra pra todo mundo, [...], terra pra quem nela trabalha”¹⁵, foi a pauta central da tomada do canteiro por trabalhadores e trabalhadoras, reivindicando “[...] terra boa para irrigação, casa para morar, terra para o criatório, assistência técnica, a quantia de 2,5 salários-mínimos até o início da produção, indenização justa, e a nossa participação efetiva nas decisões do reassentamento” (polo sindical dos trabalhadores rurais do submédio São Francisco PE/BA, 1987/8, p. 13).

Ao final, após resistirem à atuação policial, no dia 06 de dezembro, na presença do ministro das Minas e Energias, Antônio Aurelino Chaves de Mendonça, foi firmado o chamado *Acordo de 1986*, entre a CHESF e os trabalhadores e trabalhadoras, documento oficial e norteador do reassentamento, dispondo, dentre outros pontos, de cronograma para o

¹¹Trabalhador não identificado. TV VIVA. Idem.

¹²Trabalhador não identificado. TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

¹³Lider sindical não identificado. Idem.

¹⁴Vicente da Costa Silva, então presidente do Sindicato de Petrolândia/PE. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

¹⁵Fulgêncio M. Silva, Diretor do Sindicado de Floresta/PE. TV VIVA. Barragem II - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s>>. Acesso em: 21 de jul.2021.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

reassentamento, medidas a serem adotadas para manutenção econômica das populações atingidas até a efetivação do perímetro irrigado, estrutura das agrovilas e dos loteamentos, e orientação técnica (Chesf, 1986).

Apropriado pela organização sindical como maior “bandeira de luta”, evidencia participação ativa e protagonismos diante das imposições do Estado. Na fala de um dos envolvidos, a atuação deveria “ficar na história do Brasil e do mundo”¹⁶. Pois, “foi seis dia de sacrifício, mas [...] agora a gente tem um documento garantino tudo, [...], o reassentamento”.¹⁷.

No entanto, não invalidando o valor jurídico e simbólico que o *Acordo de 1986* possui para as populações atingidas, o seu cumprimento não se deu de forma integral. Houve atrasos na construção das novas moradias em agrovilas, descumprimento de prazos para reassentamento, mudança nos valores acordados de manutenção dos reassentados, e até mesmo na efetivação de projetos de irrigação, como é o caso do Projeto de Irrigação Jusante, no município de Glória, na Bahia, que se manteve em negociações judiciais e extrajudiciais por mais de três décadas em virtude da não construção do perímetro irrigado sobre alegação de falta de verbas, e por fim, de inviabilidade por questões biofísicas. Tendo a CHESF, em 2021, imposto o pagamento de indenização por meio do *Termo de Transação Extrajudicial nº 002/2021*, pondo fim a obrigatoriedade de cumprir o *Acordo de 1986*. E o reassentamento dos indígenas Tuxá em Rodelas, também na Bahia, que ao menos até final de 2019, permaneciam com o reassentamento pendente por falta de aquisição de terras por parte da estatal (CHESF, 2020).

Considerações Finais

Construída durante um período ditatorial, a UHLG é resultado de diferentes tentativas e ideias políticas e econômicas para promover o desenvolvimento de modernização no Nordeste brasileiro. Políticas essas que tiveram início no Estado Novo, com a industrialização aos moldes do capital internacional, período em que houve uma aceleração na construção de hidrelétricas

¹⁶Trabalhador não identificado. TV VIVA. Barragem: a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

¹⁷Presidente, a época, do Sindicato de Itacuruba/PE, José Soares. Idem.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

para romper com o chamado subdesenvolvimento. Passando pelo desenvolvimentismo do governo JK, influenciado pelas teorias econômicas de Celso Furtado, até chegar na modernização conservadora ditatorial.

Para esse fim, várias foram as narrativas construídas para evitar e, ou apaziguar conflitos entre atingidos e o Estado. Nesse contexto se enquadra o livreto aqui confrontada com as vozes das populações atingidas, que além de ser usada como instrumento para facilitar da atuação da CHESF, atualmente compõe a história oficial da Companhia.

Todavia, na contramão dessas narrativas, as vozes das populações ribeirinhas do Submédio São Francisco demonstraram agitações, incertezas, emoções, resistência, e sobretudo, um processo de negociação e conflito, silenciado pelo Estado. Chamando a atenção para a necessidade de revisões deste fato histórico, considerando as vozes, as atuações e os protagonismos dos sujeitos envolvidos, trabalhadores e trabalhadoras rurais ribeirinhos e ribeirinhas, e povos indígenas, que experimentaram e vivenciaram um processo de reassentamento compulsório, inevitavelmente, marcando suas trajetórias de vida.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. - 3. ed.rev.atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na margem do Lago: um estudo sobre o sindicalismo rural**. – Recife: FUNDAJE, Editora Massangana, 1990.

BERNARDES, Denis de Mendonça. Notas sobre a formação social do Nordeste. **Lua Nova**, São Paulo, 71; 41-79, 2007. Disponível em: < <https://l1nq.com/7Z6h6> >. Acesso em: 28 out. 2019.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

CAMELO FILHO, José Vieira. A dinâmica política, econômica e social do Rio São Francisco e do seu Vale. **Revista do Departamento de Geografia**, 17, 2005, p. 83-93. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47276>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAVALCANTI FILHO, Sérgio Marques. A transformação do Vale do São Francisco nos anos 1960. **PROCONDEL SUDENE**, [2016?]). Disponível em: < <https://11nk.dev/KOdrq> >. Acesso em: 07 jun. 2021.

CENTRO DA MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Chesf: 70 anos de história**. Rio de Janeiro, Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, 2018. Disponível em: < <https://acesse.dev/phw9B> ? Acesso em: 28 ago. 2020.

FURTADO, Celso. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19, dez., 1981. Disponível em: < <https://encr.pw/mK3YM> >. Acesso em: 12 jul. 2021.

JOHNSON, P. Matthew. Uma geração sem terra: injustiça ambiental em comunidades indígenas deslocadas por construções de hidrelétricas no Brasil, desde os anos 1980. **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña**. v. 11, n. 3 (2021), p. 209 – 233, ISSN 2237 – 2717. Disponível em: < <https://encr.pw/WcH98> >. Acesso em: 28 dez. 2023.

LANER, Izadora Carvalho. FARIA, Rodrigo Santos de. Operação Nordeste: A criação da Sudene como política regional de desenvolvimento e integração nacional. **REVISTA POLÍTICA E PLANEJAMENTO REGIONAL** – Rio de Janeiro – vol. 6, nº 2, maio a agosto de 2019, p. 184 - 203. Disponível em: < <https://acesse.dev/hesRC> >. Acesso em: 15 set. 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe B./HOLANDA, Fabíola. **História Oral: Como fazer, como pensar**. - 2ª ed., 7ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2019.

MELO, Rita Maria Costa. Índios e barragens: o caso Tuxá em Itaparica. **Cad. Est. Soc.**, Recife, v. 4, n. 2, p. 235 – 244, jul./dez., 1988. Disponível em: < <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1049> >. Acesso em: 07 mar. 2024.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. **Os índios Pankará na serra do Arapuá: relações socioambientais no sertão pernambucano**. – Maceió – Al: Editora Olyver, 2021.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

OLIVEIRA, Edivania Granja da Silva. **Os indígenas Pankará, o rio São Francisco e a barragem de Itaparica (Luiz Gonzaga):** movimentos identitários e relações socioambientais no Semiárido pernambucano (1940-2010). Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, p. 250. 2022.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 315-346, mai., a ago., de 2018 p. 315 - 346. Disponível em: < <https://acesse.dev/UvUkT> >. Acesso em: 07 set. 2021.

PANDOLFI, José Guilherme Sieber Padilha. **Dolorosas exigências:** desenvolvimento e ambiente na construção da barragem de Itaparica (1975 – 1990). Monografia (História). – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História, Curso de Licenciatura em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023.

PELLEGRINO, Anderson Cesar Gomes Teixeira. **O nordeste de Celso Furtado:** sombras do subdesenvolvimento brasileiro. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2003.

PIRES, Murilo José de Souza. RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 03, jul., - set., 2009. Disponível e: < <https://acesse.dev/SUBUn> >. Acesso em: 24 out. 2020.

REIS, Daniel Aarão. Introdução: as margens do período. *In.* REIS, Daniel Aarão. **Modernização, Ditadura e Democracia:** 1964 - 2010, volume 5. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 23 - 30.

SANTOS, Deijenane Gomes do. Intervenção Federal no Nordeste: uma análise dos fatores que favoreceram a criação da Sudene. **PROCONDEL SUDENE**, [2014?]. Disponível em: < <https://l1nk.dev/ID4RN> >. Acesso em: 25 maio 2021.

SILVA, João Victor dos Santos. **O povo versus a Besta-Fera:** o Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Sumédio São Francisco - Pe/Ba - na organização do movimento sindical dos trabalhadores ribeirinhos atingidos pela barragem de Itaparica - BA/PE - (1976 - 1986). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana, 2018.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

SILVA, Marcos Manoel do Nascimento. **O sertão que virou “mar”**: memória, cultura e identidade no projeto de irrigação Jusante, Glória – BA (1988-2021). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuad. Desarro. Rural, Bogotá (Colombia)** 8 (67) 231 - 249, Julio - Diciembre, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v8n67/v8n67a10.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2020.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Rosa Maria. Celso Furtado e o Nordeste pré-64: reforma e ideologia. **Proj. História**, São Paulo, (29) tomo 1, p. 53-86, dez., 2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9946>>. Acesso em: 24 set. 2021.

Fonte Documental

CHESF. **Acordo entre a Chesf e trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Itaparica**, com a presença do ministro das minas de energia, Petrolândia, 06 de dezembro de 1986.

CHESF. **Levantamento Aerofotogramétrico da Área de Itaparica**. 1976. Acervo do Núcleo de Documentação dos Movimentos Sociais em Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC), Fundo Petrolândia, 1 f., 1976.

CHESF. **Mudar para Melhor**. Eletrobrás/Centrais Eletricas Brasileiras AS., [1987/8].

CHESF. **Relatório Anual da Administração 2019**. Recife, 2020. Disponível em: <https://www.chesf.gov.br/relainvest/Documents/RA.Societ%C3%A1rio_2019.pdf>. Acesso aos: 28 de jul. 2021.

CHESF. **Termo de Transação Extrajudicial nº 002/2021**, 2021.

CODEVASF. **Projetos de Irrigação no Vale do São Francisco**: fonte de desenvolvimento sustentável do Nordeste, 1996.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). *Revista Rural e Urbano*, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.

POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO PE/BA. **Hora de Mudar é Hora de Lembrar:** A luta dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco pela conquista do reassentamento. Paulo Afonso: Gráfica Diocesana São Vicente, [1987/8].

Fontes audiovisuais

TV VIVA. **Barragem:** a ocupação - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=U5HuH_y_7tI&t=171s>. Acesso em: 21 de jul. 2021.

TV VIVA. **Barragem II** - 1986. Youtube, 1986. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ccTZ7YdTjC8&t=416s>>. Acesso em: 21 de jul.2021.

SILVA, M. Da narrativa paternalista à negociação e conflito: o reassentamento Itaparica nas vozes dos trabalhadores rurais ribeirinhos do submédio São Francisco (1986 - 1988). Revista Rural e Urbano, v.9, n.1, 2024. p. 341-365.